

AÇÃO COLETIVA E OPÇÃO POLÍTICA

Aloísio RUSCHEINSKY¹

- RESUMO: O estudo de alguns eventos históricos recentes conduz à identificação de uma trajetória das demandas populares, enquanto legítimos direitos do cidadão, rumo a crescentes conexões com opções políticas. Tal trajetória constitui um desafio à compreensão atual das ciências sociais e, a partir de um ponto de vista, um processo pedagógico de dimensões fundamentais. A menção à trajetória percorrida pela ação popular, agregando opções políticas em sua implementação, significa um reconhecimento do fato de que toda atividade pública inerentemente tem uma dimensão de referência à esfera do poder de decisão.
- PALAVRAS-CHAVE: Movimento social; política; demanda popular.

A presença dos setores populares no cenário nacional tornou-se tema importante de análise, iniciando seu surto na ciência social brasileira antes mesmo do temário sobre a emergência dos movimentos sociais. Muitos relatos resumem-se às formas de como a população de baixa renda envolveu-se com os problemas da sua vida cotidiana, mormente por causa do intenso ritmo da migração campo-cidade, às vezes sem referirem-se a mobilizações coletivas e muito menos a posicionamentos partidários.

O intuito fundamental do presente texto consiste em apontar um ritmo de desenvolvimento que circunscreve as demandas populares e o

¹ Departamento de Educação e Ciências do Comportamento - Fundação Universidade do Rio Grande - FURG - 96201-900 - Rio Grande - RS.

transcurso para a opção expressamente política. Ora, esta trajetória, do ponto de vista de mudança do horizonte cultural, pode ser integralmente interpretada como um processo pedagógico, pois envolve uma dimensão com características educacionais a propósito do comportamento perante a realidade social. Diante desta caracterização entende-se que a mobilização coletiva constrói demandas populares e arregimenta o coletivo para uma ação política.

A maior parte da literatura que lança um olhar sobre a questão partidária no contexto urbano dos movimentos sociais localiza seu objeto de análise no espaço histórico da redemocratização ou da reformulação partidária. Nesta trajetória acumulam-se várias ópticas, seja da contestação do Estado autoritário ou da consolidação de novos sujeitos, seja o impacto da reforma partidária. Diversos autores propuseram-se a analisar na diversidade os movimentos sociais nas suas relações com o sistema institucional, e alguns, de modo particular, sob a vigência do pluripartidarismo. Desta forma, é possível distingui-los pelo enfoque adotado:

1 A tendência descritiva tende a ressaltar um elenco de movimentos permanecendo colada ao campo empírico, ou recuperar a história de mobilizações na sua diversidade e nos múltiplos relacionamentos entre os atores sociais.

2 As análises que propõem a necessidade da relação dos movimentos sociais com a organização partidária, para atingir outro patamar de eficácia nos conflitos, tendem a amarrar o significado político dos mesmos na medida em que sua potencialidade está conectada à dinâmica conjugada à ação partidária.

3 A mudança do patamar autoritário do Estado, particularmente com o advento da eleição de adeptos da democracia participativa e a configuração de movimentos consistentes, permitiria a construção de uma relação mais democrática (Coelho, 1992; Cardoso, 1983, 1989).

4 O enfoque de pesquisas sobre a cultura política, tais como a alteração da visão de mundo por meio da mobilização popular (Pardini, 1989), em que a questão partidária não se faz presente pelo simples fato da refutação, pois movimentos rejeitariam temáticas mais abrangentes; por vezes, são análises com graves deficiências nos instrumentos de investigação para chegar aos objetivos propostos.

5 A multiplicidade das iniciativas, gerando variados movimentos sociais, permite operar uma síntese, elucidando as suas propostas por caminhos tortuosos, sem expressar qual o relacionamento explícito com os partidos (Gohn, 1991), inclusive com ausência de um parâmetro único ou semelhante de relacionamento possível com os partidos políticos.

6 A *performance* dos movimentos sociais por meio de suas pautas e de seus posicionamentos políticos remete a um relacionamento com as instituições (Cardoso, 1988; Barreira, 1992, 1993), de tal forma que com essas relações estabelecidas e entre uma diversidade de movimentos formam-se redes (Scherer-Warren, 1993; Doimo, 1995) de intercâmbio.

7 O percurso pela literatura mostrou a ausência de estudos publicados que relacionassem de modo mais pertinente o Partido dos Trabalhadores e a conexão histórica com os movimentos sociais.² Há algumas exceções (Bocchi & Camargo, 1990; Gohn, 1991), sem considerar as pesquisas em andamento dada a relevância desta óptica. Aliás, pela forma como Gohn acrescenta ao seu estudo um epílogo tratando da opção política, dá a impressão de que, segundo a sua compreensão, a relação entre partido e movimentos era menos efetiva ou secundária para a análise e a visualização dos atores sociais no jogo da luta política. Melhor ainda, mostra que nesta análise a preocupação principal é a relação dos movimentos com o Estado. Por sua vez, a análise de Doimo (1995) esforça-se para apontar a distância entre movimentos e institucionalidade e, como consequência, os primeiros avessos à representação e aos partidos políticos.

O desenvolvimento do relacionamento entre demanda popular e opção política, colocado aqui em questão, permite que se aponte uma sucessão de fases distintas. A primeira fase da relação entre partidos políticos e movimentos sociais a partir da abertura para a democracia se visualiza pela forma como se adensou o partido de oposição ao regime militar. Desta forma, na década de 1970 a ênfase se dava sobre o discurso da autonomia política, até independente do tipo de reivindicação que viesse a ser feita, porém se estabelecia uma tênue conexão com a representação política por meio de lideranças com dupla atuação. A segunda fase destaca o impasse dos movimentos sociais ante a reformulação e o pluralismo partidário, assim como ante o fato de vir à luz um partido popular apresentando-se como desembocadura política dos mesmos.

Uma terceira fase visualiza-se como um momento histórico em que parece consolidar-se a homogeneidade dos posicionamentos políticos dos militantes e expressa-se na temática que passamos a abordar relacionando demanda popular e opção política.³ A questão partidária e a

2 Para obter uma explanação mais ampla sobre esta temática, consultar o texto do autor (Ruscheinsky, 1996).

3 Com o transcurso de uma série de fatores sucessivos passa a ter os primeiros contornos a terceira fase apontada, referindo-se ao caso paulista em particular. A gestão administrativa

representação política aparecem no debate, deixando de lado a importância secundária, ou melhor, restrita à parcela das lideranças. Neste interim exerce papel importante a perspectiva das relações consolidadas entre as bases dos movimentos e o quadro partidário. Além disso, poderia ser destacada com muita ênfase uma quarta fase que, por sua vez, coincidiria com o transcurso de administrações petistas; e uma quinta fase, que vem se vislumbrando e crescendo em destaque nos anos 90, evidencia-se como a relativização da proximidade entre os dois agentes conforme assinalamos no presente momento. Em cada uma das cinco fases é possível destacar um conjunto de aspectos referentes ao relacionamento entre movimentos e atores sociais conformando as respectivas redes de interação.

1 As mudanças da década de 1980 e os movimentos sociais

Feita esta trajetória, resta afirmar a existência de um campo de pesquisa pouco explorado – considerando a óptica do presente estudo, ou seja, as reivindicações na diversidade de seus movimentos – confrontado com a perspectiva partidária. Cabe destacar a referência na presente análise a um leque amplo da demanda popular, tendo em vista a existência da diversidade de movimentos, remetendo por vezes à mesma temática e diferentes denominações. Os movimentos, em continuidade e diferenciando-se de experiências dos anos 70, apresentam-se como sintomáticos dentro do fenômeno urbano brasileiro, quando se reduz significativamente o padrão da expansão periférica do crescimento da cidade, ocorrendo a reestruturação do espaço urbano; a formulação de políticas públicas, então, adquire uma dimensão fundamental.

A construção pública das demandas sociais supõe redes de comunicação urbana ou socialização de informações. Nesse contexto os intelectuais interrogam-se quanto ao permanente, temporário ou ao possí-

Montoro/Covas deu vazão parcial à demanda por participação em diversos níveis. A mobilização pelas eleições diretas à presidência da República, com seu auge em 1984, mexeu diretamente com a questão das reais possibilidades de representação política, com a vigência das regras democráticas sobre o processo eleitoral. O processo resultou na aliança política denominada Nova República – com exclusão de parcela das forças que apostava tudo na volta das eleições diretas e, ao mesmo tempo, sem que esta se visualizasse claramente como a expressão dos anseios populares contidos nas mobilizações.

vel andamento integrado, paralelo ou divergente diante de outros movimentos. Questão complexa apresenta-se ao tratar de delinear com precisão o recorte analítico (Ammann, 1991), de buscar categorias que dêem conta do objeto, sem deixar de englobar qualquer movimento que se pautar por objetivo similar. A interrogação fundamental procede da importância de investigar a ampliação e a multiplicidade dessas mobilizações em formas próprias e semelhantes nos quadrantes da realidade urbana e a sua configuração ao longo dos anos mediante um crescente relacionamento com o Partido dos Trabalhadores. Isto sem desconsiderar as especificidades segundo as regiões do país e as particularidades das respectivas cidades.

A análise propriamente política dos movimentos tende a privilegiar o processo de pressão que busca reordenar a forma da distribuição dos bens produzidos por iniciativa pública. Ao mesmo tempo, engloba as iniciativas de romper com a situação histórica marcada pela reprodução de mecanismos de subordinação, por meio de alterações da lógica que marca o ordenamento político, da incidência sobre a distribuição do orçamento público e da via partidária contemplando a representação política.

Cabe ainda, ao longo da interpretação da trajetória dos atores, ressaltar a busca da diferenciação entre o discurso partidário e a prática efetiva dos respectivos partidos junto às mobilizações. Além disto, evidenciar a presença dos movimentos sociais no discurso partidário, todavia de forma bem diferenciada, especialmente no programa, nos documentos e nas resoluções da agremiação. A definição de papéis atribuídos a ambos – movimento social e partido político – varia ao longo do tempo. Os militantes dos movimentos alteram a definição do papel e o caráter da mobilização da qual tomam parte, bem como das tarefas que pretendem cumprir ao longo do tempo. Neste sentido, os movimentos sociais podem ser visualizados não propriamente apartados dos partidos políticos, porém tendendo a interferir na agenda da agremiação e reconstituindo o sistema político de representação.⁴

Se é permitido referir-se à existência de uma crise quanto à temática enfocada no presente texto, como alegam muitos autores, seria possí-

4 Por mais que aqui se insista no relacionamento entre movimentos sociais e partidos, por certo as análises dos novos movimentos sociais revelam a crise existente no sistema político de representação de interesses, ou seja, que a forma tradicional de organização partidária fica aquém de problemas modernos encarados pelos novos movimentos sociais. Confira-se a propósito a compreensão de Touraine sobre a estranheza entre partidos de esquerda na Europa e seu relacionamento com temas culturais, ecológicos, de gênero, entre outros.

vel delinea-la em cada uma das fases apontadas.⁵ Destacam-se dois momentos em especial: o passo para aceitar o debate explícito e o empenho pela representação política para além do quadro das lideranças; a defesa da relativização do relacionamento entre a esfera do movimento e aquela própria do partido. Aspectos de crise subsistem ora de forma latente, ora manifestos, particularmente nas ambigüidades das relações estabelecidas entre a demanda popular e a opção política. A maioria dos movimentos sociais no contexto brasileiro, com maior consistência ao longo da década de 1980, emerge no seio de fatores apontados e em parte resultantes de rearticulação de lutas sociais semelhantes preexistentes.

As mudanças nas diversas ordens da vida social apresentam-se como aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um novo tipo de manifestação pública. Na medida em que um movimento social pode ser definido pela capacidade de exercer uma ação política que venha a incidir como uma pressão institucional mediante sua forma organizacional (Touraine, 1973), tal movimento refere-se diretamente à dinâmica social. Portanto, objetiva afetar um determinado estado de relações sociais, mesmo que isto implique mudanças do sistema institucional ou do quadro organizacional. Tal entendimento remete à ação conflitual pelo "controle de um campo da historicidade", como no caso da definição de políticas sociais e de distribuição do orçamento público.

As mudanças ocorridas dentro de um período podem vir a incrementar ou a delimitar o campo de expressão dos movimentos sociais. Entre as mudanças substantivas vindo a afetar a vida cotidiana de muitos movimentos na década de 1980 somam-se diversos fatores nem sempre sincronizados e correlatos. Entre eles, os reflexos da crise econômica, sobretudo na forma do aumento da taxa do desemprego e da integração crescente das mulheres no mercado de trabalho, mudanças que impuseram constrangimentos à participação em eventos públicos. Frustram-se as expectativas de uma associação imediata entre transição política para a democracia e a elevação nos padrões de vida, assim como o fracasso de planos de estabilização econômica se traduziu imediatamente num comportamento eleitoral que deu ganhos para o partido proponente e, a médio prazo, em punição aos políticos tidos como incompetentes.

5 Isto é, a afirmação necessita a cada momento ser qualificada em seus respectivos parâmetros e na ambigüidade entre o velho e o novo, ou nas mudanças com a presença de aspectos inovadores. Neste sentido, por certo, qualifica-se a crise como positiva.

As constantes negociações – freqüentemente mediadas por parlamentares – atenuaram o oposicionismo ao Estado,⁶ ainda mais na medida em que determinados movimentos pautam seu associativismo pelos programas de políticas públicas, ou, incentivados pela formação de conselhos, aspiram à participação institucional. A abertura política e o pluripartidarismo permitem um relacionamento mais específico com partidos políticos e, portanto, reduzem-se as condições ou a necessidade do discurso da autonomia ante tais instituições. Cresce a compreensão de que o cerne da questão posta pela demanda e que afeta os movimentos concentra-se no momento da decisão política, em que a criação de mecanismos que revitalizem a dimensão distributiva põe-se como obstáculo fundamental, e é nesta óptica que se conjugam esforços de aproximação entre as mobilizações populares e as agremiações partidárias.

O tipo de governo de cunho mais democrático instaurado em muitas cidades após o retorno do processo eleitoral reconhece explicitamente a existência dos setores populares organizados, particularmente como fonte de diálogo e graças à propagação de uma proposta participacionista. Nesta perspectiva, criticada por uns e enaltecida por outros (Garcia, 1984; Coelho, 1992), há um impulso decisivo para o desenvolvimento das múltiplas expressões da demanda popular, seja mediante aberta negociação das reivindicações, seja pela implementação de políticas públicas contemplando a agenda construída pelas manifestações públicas.

O exercício de padrões políticos mistos, clientelistas, populistas e participacionistas, em parte como contraposição e diluição das múltiplas reivindicações coletivas, traduz-se na proliferação de programas sociais voltados ao imediato da subsistência e indica o empobrecimento dos setores de menor renda. Alguns órgãos estatais primaram pela descentralização, no esforço de capacitarem-se para a incorporação de demandas, todavia sem se furtar a absorver lideranças. As leituras dos interesses populares expressos coletivamente tornaram-se mais heterogêneas e multiplicaram seus aspectos, de tal forma que se rompeu a

6 As manifestações populares envolvidas em maior ou menor grau de conflitividade, com participação mais ou menos intensa, em fluxo ou refluxo, tendem a deslocar-se de um "extremo de rejeição às políticas estatais à aceitação em outro, não obstante mostram-se dispostos a negociar, evidenciando uma clara compreensão dos interesses em jogo ... É evidente a capacidade em mobilizar grandes massas e causar incômodos a agências específicas. Essa capacidade é tão significativa que é possível falar em estilo político cujas principais características são a participação maciça e as grandes manifestações" (Boschi, 1989, p.53).

interpretação da realidade circunscrita pela aparente unidade anterior, como se no passado os movimentos conformassem um bloco de ação.

Os movimentos atraídos pelo intuito da cidadania lançaram fundamentos para a participação popular e, ao mesmo tempo, sua atuação política incidiu sobre a política formal, como a busca da representação política, principalmente no Parlamento. A crise de identidade nos movimentos sociais manifesta-se pela mudança do discurso do Estado, pela alteração do partido à sua frente, pelas mudanças no perfil dos partidos – principalmente ao enfatizarem a participação popular – e pela abertura parcial no processo de planejamento. As alterações visualizadas significaram antes uma apropriação de discursos – correção da rota política do discurso – do que uma incorporação das demandas populares.

A reforma do quadro partidário altera a visão da tarefa atribuída ao partido por operar-se um processo de mudança do contexto em que está enredado o relacionamento com os movimentos. Entretanto, tal alteração apresentava-se insuficientemente manifesta, por ocasião da emergência e da desenvoltura eleitoral das novas agremiações, para suprir toda desconfiança no seio dos movimentos em relação à ação partidária, junto à organização da pauta reivindicatória.⁷ Entretanto, com o transcurso dos anos e das lidas próprias dos papéis sociais, lideranças aproximam-se, crescentemente, de representantes partidários no Parlamento, da filiação a um partido, e empenham-se em campanhas eleitorais no intuito de eleger governantes do seu agrado. Apontar para a heterogeneidade nesse campo nunca é demais, pois gera-se dentre as lideranças populares uma pluralidade, similar a uma instabilidade na busca da conformidade institucional, inclusive demonstrada nos resultados eleitorais pelo empenho dos mesmos.

A grande maioria dos movimentos sociais, sob a dimensão em que os tomamos aqui, ganha desenvoltura no período em que existia certa dose de decepção em face da participação no quadro eleitoral ou de que para a competência no pleito exigia-se ainda maior enraizamento institucional junto às demandas populares; governos eleitos pelo voto

7 Por mais que a realidade não possa ser reduzida a nenhum dos pólos, a "participação é sempre um ato de fé na potencialidade do outro. É acreditar que a comunidade não é destituída, mas oprimida. É assumir que pode ser criativa e co-girir seu destino" (Demo, 1988, p.60). De outro lado, é necessário reconhecer que a ação política na periferia paulista possui um débito da experiência de aplicação das orientações metodológicas de Paulo Freire, onde lideranças extraíram referencial para tentar contornar a dualidade entre teoria e prática, objetivo e subjetivo, condições de existência e ação dos agentes.

popular e autodenominados democráticos patrocinam a imagem da gestão pública com participação popular por meio da criação de conselhos e execução de alguns planos; faz-se presente um reconhecido ufanismo com algumas grandes manifestações populares e plurais a favor das eleições diretas para todos os níveis. No rumo dessas mudanças as análises centram-se crescentemente no aspecto político-institucional dos movimentos (Jacobi, 1990), considerando o papel democratizador da participação popular, a relação entre movimentos e estruturas partidárias, a superação da ambigüidade na orientação política, mesmo que sem uma conexão partidária específica e a formação de um novo patamar de cultura política.

2 Construção dinâmica da pauta de reivindicações

Por uma série de fatores ao longo da década de 1980 diminuíram as condições para o acesso aos pretendidos benefícios aludidos pelas políticas públicas dirigidas à população de baixa renda. Dessa forma, em parte se explica por que o mais adequado para os membros mobilizados foi juntar-se à forma do coletivo, para pressionar órgãos governamentais. Segundo tal empreendimento, sem examinar os detalhes, torna-se perceptível a dinâmica da construção da pauta de reivindicações. Alguns movimentos chegam a firmar convênios com o órgão gestor dos recursos públicos visando implementar a sua demanda, superando a crítica daquela saída questionada. Numa perspectiva dinâmica de construção coletiva das reivindicações, declinando estratégias fundamentais, e por mais que na sua origem existam outras alternativas, crescentemente ao longo da década de 1980 esses movimentos vêm a pressionar o Estado para negociações. O fato, entre outras interpretações, revela uma vertente pela legalidade, de encaminhamentos pela via institucional.

A reconstrução da base dos movimentos é uma constante, que também influencia a dinamicidade e as alternativas na pauta ao longo do tempo. Os resultados são fundamentais ao mesmo tempo em que se sucede o debate em torno da cidadania; entretanto, uns mais do que outros suportam pela sua consistência um prazo médio sem resultados. Do contrário sobrevém o processo de refluxo.

A relação entre movimento e partido é tanto mediada pela construção dinâmica e diuturna da pauta de reivindicações, da delimitação da experiência de mobilização, da forma de organização e do significado da conquista de demandas, quanto pelos conflitos e concepções

acerca do funcionamento da sociedade. Passa igualmente pela interpretação da conjuntura política e das estratégias adequadas a empregar em cada momento conjuntural. A relação remete também para a interferência em outras instâncias articuladas por forças políticas, como o setor imobiliário, a construção civil, a pressão sobre a definição do orçamento estadual e municipal e a conformação de nova legislação, especialmente no que tange às políticas sociais.

É possível estabelecer um nível de comparação, quanto maior e mais estruturado o movimento, expandida a sua organização e até na medida em que avança numa concepção política, não somente partidária; pode-se, então, visualizar que vai criando também distância de determinadas alternativas isoladas como solução do problema expresso. O fato de elaborar uma proposta de reivindicação para apresentar ao Estado significa considerá-lo o tempo todo como interlocutor. O movimento social voltado para a cidadania assume crescentemente que a sua política necessita ser propositiva diante dos outros atores sociais, especialmente os órgãos gestores dos bens públicos.

Os movimentos precisam vencer tanto o descrédito inicial ante a postura de apresentar propostas quanto renovar constantemente a convicção na organização coletiva⁸ do interesse enfocado como uma possibilidade certa de melhoria da condição de vida. No entanto, os mecanismos de construção cotidiana da vontade coletiva residem em parte na qualidade democrática que orienta o movimento (Vigevani, 1989). Esses mecanismos requerem a existência de um patamar mínimo de institucionalização. Além disso, a contrapropaganda, os desafios do cotidiano, a complexidade dos trâmites de negociação política exigem tal postura. Não significa que o movimento seja incapaz de traduzir a contento a construção dinâmica das aspirações, pois, por vezes, consegue alterar em parte as políticas públicas, sendo contemplado por programas específicos. Por meio das muitas manifestações públicas e negociações, os movimentos podem levar o Estado a criar ou reforçar certas linhas de financiamento,⁹ com alteração no quadro de alocação de recursos.

8 A responsabilidade coletiva precisa ser construída "mesmo havendo participação maciça, os mecanismos políticos e formais que possibilitariam o salto da idéia da igualdade à da reapropriação pelo grupo social da capacidade de decisão coletiva não estão estabelecidos" (Vigevani, 1989, p. 108).

9 Dentro da óptica em apreço, diversos militantes do movimento manifestaram a opinião da necessária distinção entre a proposta política deles e a de um plano de política social, pois este último consiste num programa de governo, uma perspectiva de aplicação de recursos públicos e só eventualmente coincide com o montante da demanda, dos ritmos e tempos do movimento social.

- A construção dinâmica da pauta de reivindicações toma em consideração que os membros de movimentos podem ser caracterizados como "desmercantilizados"; no que tange à sua situação social não se definem por parcela de posse do bem que almejam coletivamente. Ao mesmo tempo fazem referências de forma diversa ao mercado de trabalho, cuja disponibilidade de tempo tende a ser flexível, em torno de um bem não alcançável a não ser pela saída coletiva (Offe, 1988). A demanda, todavia, não surge com a emergência do movimento, ou a adesão a este.

Se existem interesses coletivos, estes subsistem antes como individuais. A relação entre individual e coletivo provocou um prolongado debate que aqui não pode ser reproduzido inteiramente. A similaridade de posicionamentos não resulta imediatamente em conjunção, pois os supostos interesses em comum são precisamente aqueles que colocam os indivíduos em competição (Przeworsky, 1989). Assim sendo, na presença de alguma organização – como movimento, entidades, partido, ONGs, Estado – os membros teriam incentivo para lutar por interesses coletivos enquanto incorporação dos particulares. O associativismo, no intuito de coletivizar a demanda tornada explícita, possui dupla direção: arrancar do imobilismo ou da competição para direcionar a luta *contra as condições que impõem a carência; construir um organismo com poderes para impor a disciplina coletiva*, pois a pauta coletiva não contempla necessariamente a compreensão individual. Ou seja, a capacidade de competição vai ser direcionada a um outro ator social, sobre a decisão política, tarefa na qual o partido pode exercer papel fundamental.

Podemos afirmar a necessidade de se distinguir momentos de um mesmo processo de confecção da pauta de reivindicações: os processos plurais em que o movimento se envolve afluam como articulação construída pela consciência coletiva, pela cultura política, pelas redes de mecanismos de integração; contudo, suas oposições, antagonismos, contradições antecedem a adesão à proposta pela mobilização pública, existindo como mecanismos da reprodução social, ao contrário, portanto, do que supõe Ribeiro (1991) baseado na compreensão de Laclau. O conflito político que se explicita por meio da ação do movimento não constitui uma criação deste, mas antes está retido pelas relações sociais desiguais engendradas pelo contexto histórico. Daí que os relacionamentos entre movimento e partido tendem a apresentar-se sob múltipla articulação, ou melhor, ambos saem ganhando por mais que suas relações permaneçam assimétricas e processuais. Considera-se de fato assimétrico o relacionamento na diversidade e fragmentarie-

dade, em que se ressalta um elo comum relativo à proximidade com uma sigla partidária; ao mesmo tempo é processual na medida em que se considera o relacionamento em seu enfoque dinâmico. No caso soam como relações positivas, pois há um significado pedagógico que se destaca, reconhecido até na voz de quem não simpatiza com o respectivo partido.

De um ponto de vista crítico são perceptíveis as contradições entre a demanda popular e as leis do mercado. Para exemplificar, a luta pela moradia refere-se à distribuição de um bem de consumo para o qual há uma quantia limitada de fundos disponíveis. Daí que existe uma grande interrogação dentro do próprio movimento:¹⁰ se a proposta é de distribuição de um bem raro sem ônus, então se ativa a imagem paternalista do Estado, cresce o limite da capacidade de atendimento aos demais cidadãos na mesma condição, mas possibilita angariar votos. Ainda mais, há uma imensa discussão com respeito à taxa de retorno nos programas sociais, sobretudo por questões tais como o nível de renda, e a posse do bem a insere nas leis do mercado configurando-se como valor de troca.

No que tange às demandas existem referências partidárias específicas, em que a perspectiva pedagógica do partido fica explícita no sentido de contribuir com a dinamicidade da pauta de reivindicações. A concomitância de ênfase pode englobar tanto a compreensão mais geral da sociedade, e, dessa forma, reter uma perspectiva ampla para a

10 Questão discutida por Maria Ângela Souza in Nascimento & Barreira, 1993. Ocorre, por vezes, que lideranças do movimento ficam desapontadas com a possibilidade da venda da casa após longo empenho. Tanto sacrifício empreendido e por ausência de conscientização política vai por água abaixo a luta pela melhoria de condições de vida. Esta análise parte de dois pontos de vista: 1. como se o movimento representasse a meta de converter os membros para uma vida asceta, onde a casa passa a ter maior dimensão ética do que comercial; 2. como se os indivíduos de fato não continuassem no mercado. Parece que para compreender as contradições existentes no discurso da importância da casa para o trabalhador – com a conseqüente luta árdua para conseguí-la e o fato de que número considerável quer desfazer-se dela – é necessário elucidar o universo e a lógica que habita estas práticas. Ao conseguir um bem de consumo de maior valor outras razões dependentes do mercado não desaparecem. Inúmeros fatores podem influenciar a transferência nominal.

As contradições contidas no procedimento das ocupações de áreas para resolver o problema da moradia se pautam pelo seguinte: primeiro sobrepõem-se à tolerância legal, colocando-se à margem da ordem jurídica, ou seja, contrapõem-se às regras vigentes que protegem os proprietários dos ataques de invasores; segundo, na perspectiva da cidadania juntam-se forças, num sentido inverso ao anterior, a fim de pressionar a ordem para integrar-se ao sistema de reconhecimento da condição legal de proprietários de um imóvel urbano, ou, dito de outra forma, resta o dilema de empenhar-se para auferir vantagens da mesma legislação violada. Tal fato traz, portanto, os respectivos dilemas para os militantes partidários que tendem a acompanhar as lutas populares e ao mesmo tempo atuam no campo da definição da legalidade.

mencionada questão, quanto aspectos mais específicos a encaminhar:

1. Um programa social que satisfaça ao conjunto das demandas somente por meio de mudanças políticas substantivas, mediante a participação da representação como força política na implantação de tais medidas.
2. As demandas relacionam-se com participação política, com grandes e contínuas manifestações, com representação política, com a construção de programas partidários.
3. A pauta de reivindicações tende a conectar-se com o empenho pela democracia (Chauí, 1986), na qual a participação política edifica-se como forma de fiscalização do exercício do poder de decisão.
4. A participação na execução dos programas sociais remete à possibilidade de ampliação da cidadania e ressalta uma temática pedagógica.

Este elenco permite referenciar um significado pedagógico, de tal forma a entreverem-se parâmetros diferentes de acordo com a sigla partidária. O fato de aderir a qualquer partido, na grande maioria dos casos das lideranças populares, refere-se à orientação pedagógica a seguir nas lutas sociais. A busca da efetivação da pauta elaborada e modificada em determinado contexto social remete à negociação com o exercício do poder de decisão. Dentro da prática em favor da pauta de reivindicações a questão da manifestação pública apresenta uma *preponderância dentro das estratégias*. Sob a vigência da democracia a força dos excluídos configura-se na expressão através da multidão, assumindo a chance de aparecer como ator no cenário nacional. Uma parcela das demandas ganha novos contornos com as manifestações de rua, com a visibilidade pública. Qualquer partido que se proponha a representar interesses configurados pelos movimentos necessita levar em consideração este conjunto de contradições para que se baseie em propostas realistas. Entretanto, entre os militantes do partido também tendem a ocorrer divergências quanto à confecção da pauta: são controvérsias partidárias que ressoam na prática de definição das táticas.

3 As manifestações públicas

O aprendizado da cidadania proporcionado pelo empenho nos movimentos sociais passa por uma trajetória política que se destaca pelo fato de compreender as carências como situação de injustiça ou ausência de direitos, frutos de relações sociais e de decisões políticas; além disso, pelo empenho coerente, ou seja, que com esta visão o sujeito se dispõe a lutar para implementar direitos visualizados. Mais ainda, essa compreensão precisa ser regada com as informações sobre as formas

diversas de mobilização e a escolha de prioridades organizativas no intento de influenciar o quadro da disputa entre forças sociais. A prática social circunscrita por demandas e por negociação com instâncias de poder revela noção de direitos num contexto de desigualdades (Barreira, 1993), e supõe uma referência à construção da cidadania. Nos movimentos mais dinâmicos as manifestações públicas como plataforma para negociação constituem um recurso usado permanentemente.

A razão de levar para a rua um contingente maior de pessoas parte da compreensão de que tal é um ato educativo, e do contrário, se fosse somente uma comissão, as garantias de atendimento diminuiriam com chances de haver, inclusive, a possibilidade de ceder às pressões ante a intransigência de negociação da pauta. Não obstante a presença da manifestação do movimento na rua, parece evidente a necessidade de destacar comissões específicas em certas circunstâncias.

Corpo visualizado coletivamente e visibilidade pública são fornecidos aos movimentos por meio dos atos públicos e assembleias, das manifestações de rua e ocupações de órgãos públicos, das inúmeras rodadas de negociação e resultados construídos, das associações formalmente registradas e melhorias dirigidas sob seu comando. Essas são as expressões mais significativas para visualizar as demandas listadas. Os movimentos mais dinâmicos e autônomos obtêm espaço político particularmente porque adotam a tática da mobilização e as realizam com montante elevado de integrantes, em razão do grau de organização e do número de membros. Ao construir canais próprios, principalmente mediante as manifestações públicas, sem dispensar interlocutores, é possível afirmar que tal prática emerge fora dos canais instituídos, todavia não sobrevive sem conexões positivas com a institucionalidade.

A possibilidade de exercer pressão política por parte dos movimentos aparece na sua tradução em importância numérica e pela qual transforma-se em visibilidade política pública. As reivindicações colocadas em pauta ao ganharem publicidade – para a qual contribuem a manifestação pública, o apoio de setores da sociedade civil ou de partidos, o espaço no noticiário – adquirem posição que as capacita à mesa das negociações.¹¹ Com peso diferenciado de acordo com o mo-

11 Deste ponto de vista "muitas vezes, é menos importante o impacto imediato nos locais em que se realizam, que o fato de obrigar os meios de comunicação a informar sobre a ação de protesto, rompendo o silêncio que busca impor o monopólio dominante sobre as comunicações" (Evers et al., 1982, p. 139).

mento conjuntural, verifica-se uma preocupação com a presença dos meios de comunicação nas manifestações, prevendo a importância de divulgar os feitos. Forma-se até lista dos órgãos a serem convidados, inclusive com pessoas encarregadas de fazer contatos e com noção de quais os meios e as pessoas mais acessíveis, quais repórteres atendem com frequência para fazer a cobertura do evento. Há mesmo uma preocupação – quando existe o temor diante da conjuntura política – de que não haverá registro, por ausência de visibilidade ou por boicote.

O controle sobre a informação e a divulgação de determinadas leituras, as razões da manifestação, as estratégias, as conotações partidárias e a ressonância pública são preocupações ordinárias, bem como a seleção de membros destacados para informar e acompanhar os passos dos meios de comunicação durante as manifestações (com o intuito de evitar manipulações); o uso de meios para que o conjunto dos manifestantes possa acompanhar os fatos, por meio da divulgação de informativos; o controle sobre a informação quando se decidem ações de protesto, de manifestação em frente ao órgão público, para que evite vazamento para as instâncias estatais antes da realização. Quanto a este último aspecto, por vezes suspeita-se de um serviço de informantes infiltrados na coordenação do movimento.

Posições diversas podem ser encontradas a respeito do papel das manifestações públicas de acordo com o posicionamento partidário da maioria das lideranças. Com frequência se contrapôs a radicalidade do discurso de lideranças vinculadas ao PC do B e o encaminhamento negociado da pauta pelos militantes petistas. Os últimos teriam o mérito de pensar conseqüências a médio e longo prazos, quando, mediante as manifestações de massa na rua, nos órgãos públicos suspeitariam de ações de confronto efetivo com a imagem pública dos governantes. O posicionamento com discurso de cunho radical não conquistou proporcionalmente mais resultados. Em diversos casos membros do movimento foram reprimidos pela tropa de choque pelo fato de interromperem o trânsito em vias importantes, exprimindo assim a disposição em reivindicar,¹² mesmo beirando a ilegalidade e com a possibilidade de serem presos.

12 O abaixo-assinado no mais das vezes é dirigido a uma instância de poder do Estado, tendo em vista a agilização de uma política pública. Enquanto tal, não tem sido consolidado como tática de negociação em muitos casos, pois, reconhecido como recurso muito limitado, podendo eventualmente acompanhar outras formas de encaminhamento, tem uso efetivo e vigência em certos momentos que ultrapassam o seu âmbito, como para apostar nas emendas populares e em projeto de lei. Ao que parece, ações consideradas politicamente mais eficazes são priorizadas.

Para realizar a manifestação pública a organização impõe-se como questão fundamental, assim como afirma-se essencial à participação e à democracia. Se há uma impossibilidade mecânica e técnica de um governo diretamente exercido pelas massas, como aponta Michels, também numa assembléia ou manifestação pública não há tempo hábil para cada qual formular a sua opinião e expressá-la publicamente, nem todos podem assumir tarefas de encaminhamento e nem a multidão tem condições de envolver-se nas especificidades das tensões e controvérsias. Por isso a defesa da necessidade da delegação a membros capazes de representação – como acréscimo ou paralela ao contexto da manifestação de massa – com a respectiva crítica ao assembleísmo como forma básica de definição dos momentos determinantes da luta, o que equivale a romper com o basismo (Gohn, 1991). São formas próprias de um patamar de organização, que na análise Gohn percebe como um elenco de diferenças na configuração do movimento, que levam a realçar a manifestação pública. Organização diversificada que, por sua vez, teria referência a: articulação com outras frentes de lutas sociais, estrutura interna com formação de comissões, controle pela hierarquia da Igreja, presença de membros do partido, perspectiva de independência autogestionária perante o Estado, lentidão da capacidade decisória por causa do assembleísmo e operacionalização complicada, presença cotidiana da coordenação como direcionamento.

Ao encerrar a década de 1980, as diferenças crescem na direção das divergências partidárias e diluem-se no que tange à divisão entre as temáticas. Tudo passa a revelar a existência de extensa rede crescentemente articulada, mesmo onde os posicionamentos políticos são reconhecidos. Além disso, as manifestações – incluindo evidentemente uma referência a articulações anteriores e entre campos da luta social – congregam uma diversidade, onde nem sempre as divergências se expressam. Parece cena comum, uma imagem de unidade para o grande público da manifestação, e outra, se forem observadas as relações entre grupos e agentes diversos presentes no seu interior.

A existência de conflitos parece preencher o cotidiano das manifestações públicas, podendo mesmo contrapor perspectivas entre movimentos. Nem sempre a sua organização é isenta de contradições, como no caso o fato de uma mobilização desconhecer a relação entre curto e longo prazos ou a relação entre o benefício particular e o bem geral.

Nas concentrações públicas, como manifestação de muitos em prol da negociação das demandas, selecionam-se os órgãos públicos de acordo com as questões postas em pauta. Pode surgir um conjun-

to de impasses, até mesmo em relação ao partido político que está no poder e a sua distinção diante da agremiação mais visível na manifestação. A composição partidária numa manifestação pode configurar-se a mais complexa possível, na medida da presença de movimentos ligados a várias siglas partidárias, porém em poucos casos as querelas partidárias explicitam-se claramente. Em outras ocasiões peculiares no tempo e no espaço, contradições ficam temporariamente ocultadas para uma atividade conjunta de militantes com divergências ideológicas.

Dilemas e impasses são postos aos membros do movimento que estão na manifestação, tais como: distinguir em cada momento a especificidade da reivindicação e sua relação com o conjunto dos objetivos postos; compreender a relação de tal órgão na engrenagem do Estado e a possível diferenciação no atendimento por parte dos órgãos; exigir a presença de autoridades consideradas competentes para abertura de negociações (o que pode incluir a percepção de que o poder chega até aonde está a população); participar tanto da agitação da rua quanto assentar-se para acompanhar e entender argumentações e posicionamentos em clima de negociação política. Esse elenco permite a alusão à óptica múltipla e essencial da vida política, ou seja, retoma a interrogação sobre o patamar de entendimento da realidade. O discurso das lideranças dos movimentos tende, no caso, a querer conjugar as duas perspectivas, atribuindo às grandes movimentações de público aspectos simbólicos e estados de comoção. Manifestações públicas ocorrem em ritmos e tempos diversos. As críticas a determinados procedimentos podem ser lidas como discordância de orientação pedagógica e compreensão diversa da temática da democracia no interior do movimento.

Do lado institucional põem-se encaminhamentos em vista das manifestações públicas, tais como: momento político oportuno ante a manifestação para proporcionar canal de negociação ou prolongar expectativas, com os respectivos ganhos políticos ou desgaste; a representatividade das entidades e dos movimentos presentes em comparação ao conjunto das reivindicações populares da cidade como um todo; caracterização e número das lideranças a serem recebidas, pois pode estar posto um limite governamental e surgir possível conflito entre lideranças do movimento; contornar as disponibilidades do orçamento comparando com o conjunto das aspirações, ampliando-se ou limitando-se o que é possível negociar, inclusive considerando-se a competência do órgão destacado.

Por vezes o momento político para a realização da manifestação pública é meticulosamente avaliado, em meio a tensões provenientes

de afinidades partidárias. Podem mostrar-se veementes divergências quanto à conveniência política da manifestação, particularmente quando se trata de vésperas de eleições,¹³ criando ao movimento a oportunidade de declarar que de fato não possui cor partidária. A avaliação de algumas lideranças é de que no momento da campanha eleitoral verifica-se um refluxo de mobilização, pois as lideranças se empenham em eleger seus candidatos. Momento apropriado para perseguir a representação institucional, em que as lideranças estão voltadas para estes ou aqueles e preocupadas em elegê-los. Às vezes, está em questão um candidato que também é aquele que depois vai dar estrutura e sustentação política ao movimento.

As reivindicações apresentadas tendem a delinear metas ou exigir cumprimentos, implicam alteração ou inclusão de medidas nas diretrizes orçamentárias. Agendar negociações com autoridade pública parece necessário tanto para encaminhamento das demandas quanto para politização dos seus membros, pois atua contra o imobilismo e pretende demonstrar um fator essencial: quanto a orientação na vida pública depende de decisões políticas, tomadas entre outras alternativas.

A articulação descrita para a realização de manifestação pública exige capacidade de impor-se publicamente. Nesse sentido, o volume de mobilização e a possibilidade de repeti-la variam de acordo com a avaliação da conjuntura política, em que o montante de indivíduos mobilizados não equivale necessariamente a resultados.¹⁴ Tornou-se muito freqüente a expressão motivadora da mobilização: "só com pressão o governo negocia". O inverso também parece válido, a capacidade de estabelecer negociações remete à possibilidade de mobilização. Excluem-se da presente situação enfocada as práticas clientelísticas e privilegiamento por razões eleitorais e ocasionais.

A mobilização pública consagrou-se como uma das táticas apropriadas para que o movimento seja reconhecido como interlocutor, e para que seja criado um espaço de comunicação com o poder público, ou ainda uma ante-sala de negociações ou de confronto (Barreira, 1993).

13 As eleições costumam ser um momento de ampliação das expectativas exatamente porque mobilizam maior volume de cidadãos ou tendem a ser um momento de refluxo do movimento ante o envolvimento na campanha eleitoral de acordo com a estruturação do mesmo. Os acontecimentos demonstram controvérsias quanto à autonomia de calendário, ao que é eleição e ao que é movimento.

14 Aparece também a controvérsia de que na preparação de um ato tira-se uma comissão tomando-se por base os movimentos presentes, e, na hora da manifestação, ao abrir-se a oportunidade de negociar, aparecem outros, quase sempre de menor expressão, no intuito de forçar sua presença no grupo seletivo com direito à mesa de debate sobre a pauta.

O momento subsequente ainda depende da lógica pertinente às regras da burocracia, à influência sobre o implemento de políticas públicas. Por meio da manifestação os movimentos sociais resgatam a rua, a praça e os espaços e prédios públicos como um lugar de publicizar, de sensibilizar a opinião pública, bem como um instrumental para acumular capacidade política para negociar. Todavia, simultaneamente, por um certo espaço de tempo, os setores do Estado podem contornar a situação posta pelo movimento mediante atalhos como promessas, burocracia, exigências complicadas de preencher.

Ao longo dos anos tornou-se perceptível uma contradição no discurso e na ação da maioria dos movimentos, diante do descrédito atribuído e da utilização do campo político. De um lado, afirma-se a ineficácia dos governos, da representação política, em que o protesto apresenta-se como referência negadora; de outro, propõe-se no tempo oportuno a ação no campo institucional, por meio da representação política própria. Para além dos equívocos, oferece-se um momento apropriado para tratar do relacionamento entre democracia direta, como participação do conjunto do movimento nas decisões, e democracia representativa, como instâncias de decisão em que a voz passe a pertencer aos eleitos.

O relacionamento com as instituições acompanha uma trajetória em que se incorpora diversamente um conjunto de fatores políticos. As propostas tendem igualmente a encaminhar-se para que suas pautas transformem-se em políticas sociais, cuja gestão estaria aberta à participação da população organizada. Desde a sua emergência, a tendência marcante consiste em assumir uma dupla posição de movimento organizado como "grupo de pressão", via privilegiamento das mobilizações públicas, e de agência, vínculo ou implemento de políticas sociais. A temática da demanda, no mais das vezes corporificada como prioridade por metas de programas sociais, só aparentemente faz o movimento optar por via única de encaminhamento, como seja a opção de pressionar e negociar. Costuma-se juntar a opção política construída nas ruas e a participação nas instâncias legalizadas, em que os conselhos de composição múltipla são exemplares nítidos.

4 Da relação com outros movimentos às opções partidárias

Pesquisas que tentavam analisar a experiência de relacionamento frutífero entre movimentos sociais e Igreja (Doimo, 1995) parecem au-

mentar na primeira metade da década de 1980, com umas mais destacadas do que outras no que tange à relação com partidos políticos. A presença da Igreja Católica para a emergência das mobilizações populares, embora fundamental e mesmo muito visível, não aparece da mesma forma e intensidade em todas as oportunidades e espaços.

Na modificação do horizonte do enfoque constituem parte significativa os critérios utilizados na análise política (Ribeiro, 1991): as forças políticas atuantes nos processos de mobilização, os formatos políticos selecionados para a expressão das reivindicações, os canais acionados para a demanda atingir a visibilidade pública, as estratégias implementadas pelos movimentos, a abrangência dos interesses sociais e a possibilidade de representação política. Com tais parâmetros a incidência passa a contemplar preferencialmente os mecanismos e práticas da participação ou, dito de outra forma, a inserção no jogo da democracia, com a respectiva disputa no espaço político institucional. Em contraste com este encaminhamento encontra-se a recente análise de Doimo (1995), que aponta a continuidade da resistência à proximidade com a institucionalidade como característica permanente dos movimentos sociais e, como consequência, uma aversão à representação política e aos partidos.

Diferenças podem ser constatadas nas diversas experiências, seja na fase inicial ou ao longo do percurso, quando se verifica uma preocupação de que grupos de esquerda, intelectuais pouco dedicados ao trabalho de organização de base, venham a ganhar espaço na coordenação. Isto advém da concepção de que na genuinidade dos movimentos, estes deveriam ser conduzidos por lideranças oriundas das classes populares, exatamente com o intuito de não constituir uma cúpula com limitada compreensão dos reais valores, interesses e necessidades populares; neste rumo privilegiariam de imediato questões políticas mais gerais em detrimento da demanda posta e do trabalho de base, até mesmo limitando a participação.

Os movimentos sociais em geral, ainda na primeira metade da década de 1980, tendiam, por um lado, a declarar-se autônomos em relação à esfera partidária, até por força da conveniência social, da necessária afirmação do apartidarismo por parte dos estatutos das entidades legais e ainda por razões de imagem pública perante as negociações com órgãos públicos; por outro, as práticas partidárias revelam debilidade entre a definição estatutária e a ação cotidiana, em que os agentes respondem melhor aos interesses de representação não da coletividade, mas dos próprios indivíduos e setores afinados com sua situação social.

A evolução histórica das manifestações por meio das lutas sociais permite perceber que cada vez mais cresce a ousadia de reverter a imagem coletiva e absenteísta descrita antes. O discurso engloba a formação política, bem como o combate por uma idéia de política voltada para a defesa de interesses comunitários.¹⁵ Neste organograma, atribui-se ao eleitor a tarefa de acompanhar e vigiar a atuação dos parlamentares no legislativo e de conferir a aplicação de programas e orçamento por parte do executivo. Além disso, no decorrer do tempo, com as múltiplas articulações e os encaminhamentos sendo conduzidos no nível político, criaram-se quadros tidos como próprios ao movimento, ou seja, um grupo praticamente profissional que preenchesse todas as atividades de mando.

Na fase declarada autonomia, em que se mantinha o debate sobre a demanda dentro dos limites do movimento, bem como na qual suas instâncias e a atuação diferenciavam-se de maneira explícita de qualquer partido, as lideranças conseguiam trabalhar em torno do movimento e, freqüentemente, em outro momento e espaço reunir os interessados de forma paralela enquanto partido. Compreende uma fase de realizar as duas tarefas, separando expressamente as duas ópticas. O fato de fazer questão de conduzir o movimento de forma específica e paralela às discussões do partido servia assim para evitar qualquer intervenção de políticos eleitoreiros, bem como a presença explícita de uma bandeira de partido dentro do movimento. Essa tática possuía também, como referência básica, a possibilidade da convivência com adeptos de diversas siglas permanecendo integradas à coordenação de modo consensual. Permitia manter o movimento como um agregado de lideranças com visibilidade plural, quando no caso trabalhavam lado a lado membros ou simpatizantes partidários.

A construção do debate e a aproximação declarada com uma sigla partidária poderiam ser influenciadas por uma campanha eleitoral cujas discussões rebatiam outras leituras. Entretanto, por determinado tempo houve um pacto de silêncio no seio das lutas sociais, evitando tratar-se de temáticas afetas à esfera partidária com medo de uma possível interferência externa ou indesejada. A questão da ênfase na au-

15 Pouco a pouco, os protagonistas da organização, centrada sobre reivindicação imediata, vão descobrindo diferenciadamente ou admitindo publicamente que a atividade política, longe de ser-lhes alheia, os coloca como atores da cena: "tudo o que fazemos e realizamos possui conteúdo político, tanto assim que não adianta propor-se a não se meter em confusão política". Essa é uma das afirmações que foram adquirindo consenso.

tonomia, em lugar de se pensar nos múltiplos relacionamentos, fazia que o contexto das lutas sociais permanecesse extremamente distante da questão partidária. Todavia, entre outros momentos excepcionais, uma situação nova deu-se na época das eleições para o Congresso Constituinte. Naquele momento começou a se refazer o debate, gerando uma outra articulação diante dos atores, que se caracteriza como uma intervenção partidária. Nesse procedimento pedagógico o patamar político foi sendo modificado, passando a tratar-se como pertinente tudo o que dissesse respeito à relação entre partido e movimento. As temáticas propostas para a nova Constituição, bem como os obstáculos ante os encaminhamentos desembocavam no debate da importância de reconhecer patamar de cidadania na política partidária. A experiência dos encaminhamentos da pauta, na sua multiplicidade e ampliação, assim como um sem-número de percalços para a sua negociação e implementação introduzem, quase obrigatoriamente, a discussão das alternativas de poder e, portanto, dos partidos que podem vir a ocupá-lo: buscando verificar qual dos discursos torna mais plausível a efetivação das reivindicações.

O discurso de aglutinação para congregar de forma coletiva os membros do movimento centra-se sobre a insistência de que a sociedade funciona organizada. Com ou sem partido político a base elementar de qualquer sociedade é que existem diversos tipos de organização dos cidadãos. Tal discurso abre caminhos novos para o aprofundamento de uma temática cara à reflexão sociológica: a organização no campo popular e o vínculo com partidos políticos.

A percepção da proximidade com a institucionalidade partidária de alguma forma dá-se concomitantemente com a consolidação do relacionamento entre movimentos sociais do mesmo espaço geográfico, formando como que redes de intercâmbio. Entretanto, a afirmação da dimensão propriamente política não se deu de forma idêntica e sem conflitos, nem no conjunto de um mesmo movimento, nem em termos comparativos entre espaços geográficos. Por mais que a assessoria seja técnica, e enquanto tal possa manter-se apartidária, também ela sofre os confrontos com as perspectivas partidárias.¹⁶ E na prática cotidiana

16 A volta ao regime democrático representou um processo em que se afirmaram múltiplas reconstruções institucionais e efetivaram-se mobilizações sociais diversificadas e de massa. As mudanças operadas pela transição ao regime democrático, com a pluralidade de partidos, a viabilidade da representação política e a prática de solicitar agendamento de negociações aos órgãos estatais, se em alguns casos significou esfacelamento, fragmentação ou refluxo, em outros parece ocorrer o processo inverso.

conformam-se disputas de projetos alternativos nos quais as respectivas opções partidárias podem ser visualizadas.

Considerando a passagem da década de 1980 para os anos 90, as demandas que sobreviveram como lutas sociais desembocaram e conjugaram-se crescentemente em entidades, e, paralelamente, a maioria das lideranças atingiu uma identificação e uma lealdade com determinado partido. Ora, isto também significa que além de somatórios e aproximações, viabilizaram-se possibilidades de novas fragmentações, de outros recortes, em face dos procedimentos partidários. Mais do que isto, possibilidades de alterar o patamar da cultura política. O debate sobre o relacionamento entre o movimento e o partido, ou melhor, a presença de militantes integrantes de ambas as organizações projeta um processo de mudança no horizonte cultural.

Freqüentemente, movimentos conjugam esforços para reivindicar controle ou influenciar alguns mecanismos de tomada de decisão, cogitando a participação em dimensões da gestão pública, assim como buscando consolidar uma representação parlamentar. Neste sentido a pressão tem sido exercida sobre o espaço político de determinadas decisões, seja no legislativo, seja no executivo, destacando-se de modo peculiar a confecção e a aplicação do orçamento. Há sentido em cogitar participação entre partes desiguais e diferentes, ou seja, o fundamento da participação encontra-se no possível rompimento do patamar da desigualdade. No limite das reivindicações por melhoria das condições de vida, estas se põem no rumo do estabelecimento de relações entre democracia, políticas de justiça social e cidadania. "Quanto mais os vários participantes do debate aceitarem a legitimidade de uma multiplicidade de definições do que é possível e criarem instituições (ou utilizarem as existentes) para mediar os conflitos inevitáveis que daí resultam, tanto mais provável será um resultado democrático" (Keck, 1991, p.35).

Aliás, no processo de redemocratização no percurso dos anos 80, a sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política, no qual uma multiplicidade de atores se mobilizou na organização partidária. Os movimentos sociais não tiveram suas ópticas absorvidas por outros encaminhamentos com este processo que pode ser denominado incorporação de agendas. Alguns, ao contrário de desaparecerem, tornaram-se mais consistentes, abrangentes e ativos na década mencionada do que os que lhes serviram de contrapartida nas fases iniciais da transição. Keck justifica diferenças de orientação, de tempo e de espaço, pois as lutas sociais com as respectivas manifestações populares foram vistas com freqüência sob a estruturação de uma

oposição democrática ampla. No decorrer da década ressaltam-se aspectos da capacidade de proposição própria, bem como mudanças substantivas no contexto em que se define o papel político dos movimentos sociais.

5 O saldo positivo

O exame de alguns elementos históricos recentes permitiu traçar um percurso da demanda popular enquanto tal e seu crescente vínculo com as opções políticas. Tal trajetória constitui um amadurecimento da leitura das relações sociais em curso e, de certo ponto de vista, um processo pedagógico de dimensões fundamentais. A menção ao percurso desenvolvido para o reconhecimento da demanda popular às respectivas opções políticas para a sua implementação vem a ser um reconhecimento de que toda atividade pública possui uma inerente dimensão de referência à esfera política. O que por sua vez ainda não implica um necessário posicionamento partidário.

A referência efetuada ao patamar político atém-se sobretudo às lideranças e menos pelo conjunto dos membros da maioria dos movimentos enquanto tais. Todavia, na sua amplitude, ou em conjunto com outros movimentos, a construção do relacionamento perante o partido, por mais que pareça de competência exclusiva de ambos os pólos da conexão, é sempre necessário traçar as influências limitativas do contexto histórico. Nesse aspecto as exigências da legislação partidária exerceram orientação crucial nas circunstâncias sob as quais se estruturam tanto entidades associativas quanto partidos. O que por sua vez influencia a tentativa de captar com amplitude as perspectivas dos movimentos sociais (Keck, 1991). A legislação eleitoral delimita as condições de estabelecer formas democráticas mais autênticas de participação interna em razão do tipo de estrutura obrigatória.

O fenômeno freqüente da adesão de lideranças atuantes no seio das lutas sociais ao quadro partidário deve-se também a uma compreensão de que, desta forma, lançam mão de mais um instrumento para a luta social. Apresenta-se antes como mais uma aquisição para setores da população que experienciam mais a exclusão do que a integração. Pesa ainda o discurso capaz de se apresentar como um projeto democrático e sem uma proposta organizativa única, estreita e instrumental para os movimentos. Vale dizer igualmente que, nesse contexto, é possível constatar a presença de agremiações com a devida expressão eleitoral nacional, mas que, no nível de adesão par-

tidária, detêm pouca referência nos movimentos sociais, por mais que obtenham resultados eleitorais com base no voto popular.

A existência de um conjunto mais amplo de lutas sociais tende a conduzir a uma opção partidária e crescentemente as lideranças podem vir a pertencer ao quadro partidário, e de tal forma que a dupla militância consiste na participação efetiva nos dois âmbitos, nos quais o respeito à dualidade aparece como positivo. A relação entre movimento e partido tende a ser conflitiva, muito mais ainda esta conexão em comparação com a multiplicidade das dimensões da vida partidária. A acusação de sectarismo reflete nuances da cultura política que recusa aceitar a legitimidade do conflito de posições. A dificuldade de aceitar o conflito no campo político de forma ativa pode fazer-se presente no discurso das lideranças populares especialmente no momento de justificar a necessidade de obter representação no Parlamento e, desta forma, rejeitar candidaturas e partidos que não se afinariam com sua perspectiva.

Do ponto de vista da cidadania, deve ser saudado como positivo o desenvolvimento da dimensão política das demandas explicitadas pelas lutas sociais, de maneira fundamental, pela simples razão de que estas dependem de decisão afeta diretamente ao exercício do poder.

RUSCHEINSKY, A. Collective action and political option. *Perspectivas (São Paulo)*, v.20/21, p.11-37, 1997/1998.

- *ABSTRACT: The study of some recent historic events leads to the identification of a path of popular demands, as legitimate citizen's rights, towards increasing connections with political options. Such path constitutes a challenge of current social sciences' comprehension and, from a viewpoint, a pedagogical process of fundamental dimensions. The mention to the path followed by popular action, joining political options in its implementation, means a recognition of the fact that every public activity inherently has a dimension of reference to the sphere of decision power.*
- *KEYWORDS: Social movement; politics; popular demand.*

Referências bibliográficas

- AMMANN, S. B. *Movimento popular de bairro*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BARREIRA, I. A. F. Entre a rebeldia e a disciplina: dimensões simbólicas e políticas nos movimentos sociais urbanos. In: BARREIRA, I. A. F. (Org.) *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- _____. *O reverso das vitrines*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BOCCHI, C. P., CAMARGO, I. V. *Os movimentos sociais por moradia durante o primeiro ano da gestão do PT na prefeitura de SP*. São Paulo: USP, 1990. (Relatório de Pesquisa).
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vértice, 1989.
- CARDOSO, F. H. Desenvolvimento associado-dependente e a teoria democrática. In: STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (Org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. (Coord.) *Movimentos sociais: a busca de novos horizontes interpretativos*. São Paulo, jul. 1989. (Relatório CEBRAP).
- CHAUI, M. PT "leve e suave"? In: SADER, E. (Org.) *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO, S. de C. T. *Estado e os movimentos pró-moradia*. São Paulo, 1992. 195p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume Dumará, 1995.
- EVERS, T. et al. Movimento de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. et al. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1982.
- GARCIA, M. A. Dezoito meses de governo Montoro. *Novos Estudos CEBRAP*, n.10, out. 1984.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1990.
- KECK, M. E. *PT: a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- OFFE, C. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Sistemas, 1988.
- PARDINI, M. S. *Aproximação às formas de consciência forjadas no cotidiano do movimento social*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

- RIBEIRO, A. C. T. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje*, v.4, p.2. São Paulo: ANPOCS, Vértice, 1991.
- RUSCHEINSKY, A. *Movimento de moradia e Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- TOURAINÉ, A. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.
- VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. *Lua Nova*, n.17, jan. 1989.